

O ataque ao euro continua

por Mário Soares

Como tenho escrito, nesta coluna, o ataque especulativo ao euro – e não só à Grécia – continua e continuará. Como na passagem por Portugal o Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, deixou transparecer, no pouco que disse em público, a União Europeia não foi capaz ainda de definir uma estratégia concertada, de ataque à crise global. O fundo criado agora, para proteger os países mais afectados pelos especuladores, é muito útil. Mas não passa, por enquanto, de uma medida financeira conjuntural.

A União continua, por isso, na ausência de um novo modelo de desenvolvimento, sem ser dotado de regras éticas, sociais e ambientais estritas, agarrado às mesmas receitas economicistas do passado – os mesmo off-shores (paraísos fiscais), o mesmo tipo de especulações e negociatas, mais ou menos virtuais, acrescentado agora de pulsões nacionalistas obsoletas e da política do “salve-se quem puder”, que está nos antípodas do espírito comunitário, baseado, como se sabe, na solidariedade entre os Estados-membros.

A continuar assim, não vamos a lado nenhum. Ou pior: caminhamos para a desagregação da União e para a decadência do projecto político-económico mais original e generoso, até agora criado, por falta de coragem para reagir e de visão do futuro. Aliás, na imprensa internacional, começam a repetir-se, com frequência, claras críticas, fundamentadas, contra a mediocridade dos dirigentes europeus e da pesada burocracia de Bruxelas, quer sejam ou não pertencentes aos países da zona euro. O perigo, ao que parece, é poder vir tudo a ser empurrado pela mesma enxurrada...

É óbvio que é preciso reagir.

Salvar a Europa, como um todo, é urgente. Qual Europa? A do euro (16 Estados) ou a dos 27? Não só para manter e aprofundar o projecto europeu mas, igualmente, para assegurar os equilíbrios mundiais, incluindo os Estados Unidos, a nossa aliada natural Ibero-América, África, Ásia e os próprios países ditos emergentes, cujos índices de crescimento hoje tanto nos impressionam. Como? Tudo terá de passar pela reforma das Nações Unidas.

Ao contrário do que diz a velha escola neo-liberal, hoje esgotada, o problema não é só financeiro e económico. É, essencialmente, político, civilizacional, social, ambiental e cultural. A Ciência, com os seus extraordinários progressos e as novas Tecnologias, puseram nas mãos dos homens (e cada vez mais, também, das mulheres, em igualdade com os homens, nos países desenvolvidos, como é justo) tais e tão grandes poderes, que utilizados sem prudência e com o objectivo, quase exclusivo, da ganância, como tem acontecido nos países ditos desenvolvidos, nos podem conduzir a grandes catástrofes irreparáveis. Trata-se, mais uma vez, de uma questão de valores e de princípios humanistas, que não devemos deixar perder, num mundo que é um só e único, para todos nós, humanos.

A proliferação das armas atómicas, que Barack Obama, agora, tentou travar, continua a ser um perigo maior, que paira sobre o Mundo. O terrorismo global persiste, cada vez mais perigoso e desumano e ninguém parece saber como o dominar. Já lá vão nove anos! O comércio ilegal das armas, de todos os tipos, continua a fazer-se, com a maior facilidade, mesmo sabendo-se que alimenta o terrorismo. Há uma cultura de violência em expansão nas televisões e na internet. Continua altamente rentável o comércio das drogas, que se vendem às claras... Mas a ânsia do lucro sobrepõe-se a tudo.

O ambiente continua a degradar-se, pela inconsciente mão humana, como a maré negra que atinge a costa americana do Golfo Pérsico demonstra, pondo em causa a biodiversidade e o futuro; os tsunamis; os fortíssimos terremotos, que se repetem; enxurradas nunca vistas, como na Madeira; os desequilíbrios climáticos; as chuvas ácidas, que atacam as florestas; as grandes secas; a desertificação; etc.

Perante tudo isto – e muito mais – a União Europeia dos valores, onde isso vai, mantém-se paralisada, sem iniciativa e sem projectos. Quase indiferente. No plano internacional, verifica-se a mesma ausência de visão: quanto ao conflito israelo-palestiniano, ao Iraque, ao Afeganistão, ao Irão, subserviente perante os países emergentes (sobretudo os que compram os títulos do Tesouro americano) e sem simpatia pela América de Barack Obama. A União Europeia pouco intervém e deixa andar...

O exemplo grego.

Salvou-se a Grécia, in extremis, graças ao FMI e a alguns parceiros europeus, como a Alemanha, a França, a Espanha, Portugal e outros. Mas por quanto tempo? O descontentamento social é tremendo e perigosíssimo. Os especuladores, por seu lado, não desistem. Agora preparam o terreno, através das suspeitíssimas agências de rating, para atacar a Irlanda, a Espanha, Portugal e a própria Itália. A União Europeia reagiu, num acordo governamental a dois, Alemanha e França, seguido por outros, mas não em termos comunitários, como notou o antigo primeiro-ministro belga Guy Verhofstadt.

No Domingo passado voltou a reunir-se o Conselho de Ministros das Finanças e resolveram criar um fundo financeiro de emergência para evitar que se repita um caso como o da Grécia, com as consequências conhecidas e lastimáveis. Foi um passo significativo e vantajoso para a defesa da zona euro.

Na sua última crónica no *Nouvel Observateur*, Jacques Julliard, que é um reputado jornalista de esquerda, fala "de uma Europa a 2, para salvar a União Europeia". Seria uma Europa que só incluiria a França e a Alemanha, mas que "seria económica, diplomática e política (...) que passaria a ser a terceira potência mundial". O que não passa, com a devida vénia, de uma inaceitável impossibilidade. Um erro colossal...

Cito este artigo, intitulado "Salvar a Europa a dois", para mostrar a confusão e o perigo em que a União Europeia está a incorrer e que Portugal obviamente corre, como membro de pleno direito da União, há vinte e cinco anos, para mais membro do espaço Schengen e, sobretudo, da zona euro.

A carta subscrita a dois pela chanceler Merkel e pelo presidente Sarkozy, na véspera do Conselho da Zona Euro, reunido em Bruxelas, em 7 de Maio, mostra que perceberam que um ataque ao euro, os atinge igualmente. Por outro lado, a força das coisas veio revelar uma diferença sensível entre os parceiros da União: os que pertencem ao euro e os que não pertencem. Em relação – e defesa – dos primeiros, acaba de criar-se um fundo monetário europeu, para responder aos ataques especulativos contra o euro, tanto quanto possível de imediato. Além de um governo económico, de que se fala, porque não basta a defesa da moeda, é preciso também verificar como as economias nacionais se comportam e como cumprem e mesmo reforçam o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

A queda do euro em relação ao dólar (mais forte ainda 1,27), o que de certo modo favorece as exportações, mas a falta de competitividade, o desemprego e a turbulência crescente das Bolsas, mesmo a de Nova Iorque, que o Banco Central Europeu não consegue conter, levam a que os Estados europeus, pelo menos os da zona euro, percebam que é necessário não só reduzir os deficits e o endividamento de cada Estado, mas também fiscalizar as suas economias. Ao cabo de tantas hesitações e atrasos, poderemos dizer, como os franceses: "à quelque chose malheur est bon".

Portugal não é a Grécia.

E temos, realmente, boas razões para pensar que, apesar das dificuldades – e contrariamente ao que dizem alguns – não caminharemos para lá. Contudo, a nossa crise, não é só financeira e económica. É também política e pode vir a ser social, com surtos de violência, como aqueles a que assistimos na Grécia.

O PS ganhou as eleições, ao contrário do Labour, mas teve de formar um governo minoritário. Ora, como tenho escrito, governar minoritariamente um País em crise financeira e económica grave, não é tarefa fácil. Infelizmente, os Partidos da Esquerda radical, tanto o PCP como, sobretudo, o Bloco de Esquerda, instalaram-se numa competição implacável contra o PS, sem oferecerem qualquer alternativa, que não seja um novo PREC, que, aliás, só poderá conduzir a um bunker, ao isolamento e, claro, à perda de votos...

É certo que o maior partido da Oposição, pela voz do seu novo líder, Pedro Passos Coelho, com lucidez e sentido de Estado, estendeu a mão ao PS, para acabar com uma guerrilha, sem conteúdo nem interesse, para ninguém, propondo um acordo para salvar o País da crise que tão gravemente o afecta. É o que mais interessa, prioritária e incontestavelmente, aos portugueses. Quem pense o contrário, anda a dormir na forma, como se diz em linguagem militar...

Não se trata, porém, de criar – ou ter em vista – uma nova coligação de tipo Bloco Central. Não há condições para isso. Trata-se de um acordo entre os dois líderes, dos maiores partidos portugueses, para, conjuntamente, assentarem nas medidas a tomar para evitar que o País caia no caos. O acordo quanto ao PEC foi o primeiro passo. Agora surge a necessidade do seu reforço e antecipação. E a

manutenção das políticas sociais, de forma a valer aos desempregados e aos mais pobres, bem como o auxílio às pequenas e médias empresas, criadoras de mais emprego.

Levantou-se, porém, o problema das grandes obras públicas: TGV, terceira ponte sobre o Tejo, novo aeroporto de Lisboa, novas auto-estradas e outras grandes obras, previstas no tempo em que não se sentia ainda a crise global, embora alguns a tivessem anunciado...

Os tempos mudaram, entretanto. O assalto ao euro é uma ameaça real, a que devemos saber reagir, quanto antes, prioritariamente. O primeiro-ministro, na sua estadia em Bruxelas, na semana passada, foi certamente confrontado com a fragilidade europeia. E foi forçado, apesar da sua conhecida determinação, à reavaliação das chamadas grandes obras. Fez bem. Foi um acto de prudência necessário, que protege as novas gerações, que aí vêm, contra o endividamento externo do Estado e dos privados, em termos excessivos. Só foi pena que não fosse a tempo de travar o seu fogoso ministro das Obras Públicas, que assinou o contrato de construção da linha Poceirão/Caia, que sem a terceira Ponte, passou a ser uma obra sem urgência e que não faz sentido, na minha modesta opinião de simples observador. Como não fazem qualquer sentido as nacionalizações de empresas públicas, como os Correios e outras. É criar problemas, onde eles não existem.

Em tempos tão difíceis como os que vamos atravessar, para mais com um governo minoritário, é preciso muita prudência nas decisões. Lutar para reduzir o endividamento externo, como agora anunciou o primeiro-ministro. Cortar no despesismo público, a sério, que chega a ser imoral, quando tantos seus compatriotas estão em grandes dificuldades. E, sobretudo, ouvir os outros, os do nosso Partido e os que não são. Ouvir e dialogar. Não desiludir os que, espontaneamente, nos estenderam a mão, em nome do interesse nacional. Não é altura de alimentar guerrilhas partidárias, nem no Parlamento nem fora dele. A política é a arte do compromisso, especialmente em democracia. Desde que se tenha uma estratégia a médio prazo coerente – que seja o inverso de andar a correr e a tentar tapar buracos – dando aos Portugueses o conhecimento exacto e detalhado do que queremos e para onde vamos. Não devemos ter receio de fazer os compromissos necessários e de falar verdade aos Portugueses.

Vau, 11 de Maio de 2010